

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

31 de dezembro de 2025 e 2024

com Relatório dos Auditores Independentes



INSTITUTO PAULISTA ADVENTISTA DE
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

31 de dezembro de 2025 e 2024

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

IPAEAS

INSTITUTO PAULISTA ADVENTISTA DE
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL


Mauricio Pinto Lima (26 de junho de 2026 11:13:24 ADT)
Mauricio Pinto Lima
Diretor Presidente


Charles Edson Rampanelli (26 de junho de 2026 11:14:06 ADT)
Charles Edson Rampanelli
Diretor Secretário


Telson Bombassaro Vargas (26 de junho de 2026 11:30:34 ADT)
Telson Bombassaro Vargas
Diretor Financeiro

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ 43.586.122/0001-14



Sede Av. Profª Magdalena Sanseverino Grosso, 850 - Artur Nogueira - São Paulo
Associação Sem Fins Econômicos e não Lucrativos, com Atividade Preponderante na Área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS/MEC
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.176/1964 e Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.553/1999

Balancos Patrimoniais findos em 31 de dezembro
Demonstrativo por segmento de atuação - Em Reais

	Nota Explic	2025			2024		
		EDUCACIONAL	SAÚDE	TOTAL	EDUCACIONAL	SAÚDE	TOTAL
ATIVO							
CIRCULANTE		371.208.468,57	17.471.978,72	388.680.447,29	284.753.031,82	26.694.481,74	311.447.513,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	125.301.912,10	1.411.005,30	126.712.917,40	95.321.030,27	1.263.032,28	96.584.062,55
Contas a Receber	6	89.145.227,25	13.208.487,60	102.353.714,85	75.467.280,68	22.971.570,79	98.438.851,47
Estoques	8	88.957.732,78	2.670.973,61	91.628.706,39	79.128.539,71	1.463.071,36	80.591.611,07
Desp. Antecipadas e Adiant. Fornecedor	9	67.803.596,44	181.512,21	67.985.108,65	34.836.181,16	996.807,31	35.832.988,47
NÃO CIRCULANTE		1.108.917.825,09	32.824.466,34	1.141.742.291,43	966.252.956,59	45.398.129,54	1.011.651.086,13
Realizável a Longo Prazo	10	14.987.866,42	38.973,44	15.026.839,86	10.005.679,12	1.234.995,77	11.240.674,89
Créditos a Longo Prazo		7.358.429,06	38.973,44	7.397.402,50	8.489.932,00	1.234.995,77	9.724.927,77
Depósitos Judiciais a Longo Prazo		7.629.437,36	-	7.629.437,36	1.515.747,12	-	1.515.747,12
Investimentos	11	-	-	-	1.889.620,00	-	1.889.620,00
Participações Societárias		-	-	-	1.889.620,00	-	1.889.620,00
(-) Provisão p/ Perdas Investimentos		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	12	1.093.896.115,95	32.785.492,90	1.126.681.608,85	954.248.898,03	44.163.133,77	998.412.031,80
Bens em Formação		136.238.192,50	1.209.649,86	137.447.842,36	145.722.322,98	-	145.722.322,98
Terrenos		182.468.400,89	875.571,55	183.343.972,44	164.675.365,18	875.571,55	165.550.936,73
Edifícios e Benfeitorias		954.379.362,77	34.360.046,60	988.739.409,37	803.542.899,72	45.292.986,42	848.835.886,14
Instalações		4.399.376,71	619.046,15	5.018.422,86	4.146.746,36	619.046,15	4.765.792,51
Móveis, Equipamentos e Outros		194.891.331,33	17.964.709,15	212.856.040,48	166.722.676,80	17.430.029,23	184.152.706,03
Automotores		3.043.214,73	680.134,86	3.723.349,59	3.277.615,33	405.257,86	3.682.873,19
(-) Depreciação Acumulada		(381.523.762,98)	(22.923.665,27)	(404.447.428,25)	(333.838.728,34)	(20.459.757,44)	(354.298.485,78)
Intangível	13	33.842,72	-	33.842,72	108.759,44	-	108.759,44
Custo de Aquisição		224.771,51	-	224.771,51	224.771,51	-	224.771,51
(-) Amortização Acumulada		(190.928,79)	-	(190.928,79)	(116.012,07)	-	(116.012,07)
TOTAL DO ATIVO		1.480.126.293,66	50.296.445,06	1.530.422.738,72	1.251.005.988,41	72.092.611,28	1.323.098.599,69
PASSIVO							
CIRCULANTE		258.439.803,40	31.923.748,32	290.363.551,72	211.810.884,65	20.869.424,64	232.680.309,29
Contas a Pagar	14	142.044.677,39	24.112.052,33	166.156.729,72	125.896.922,61	17.217.197,19	143.114.119,80
Provisões	15	8.165.416,39	2.934.495,78	11.099.912,17	7.734.341,09	1.744.992,62	9.479.333,71
Fundos em Confiança	16	3.083,87	-	3.083,87	1.486.627,38	-	1.486.627,38
Adiantamentos de Clientes	17	108.226.625,75	4.877.200,21	113.103.825,96	76.692.993,57	1.907.234,83	78.600.228,40
NÃO CIRCULANTE		11.942.285,81	51.051.670,29	62.993.956,10	31.087.557,06	29.281.764,18	60.369.321,24
Exigível a Longo Prazo		11.942.285,81	51.051.670,29	62.993.956,10	31.087.557,06	29.281.764,18	60.369.321,24
Provisões Processos	15	2.125.794,78	-	2.125.794,78	1.777.042,56	-	1.777.042,56
Convenios / Empréstimos	14	9.155.909,49	50.643.936,60	59.799.846,09	28.093.407,24	29.281.764,18	57.375.171,42
Outras Obrigações	14	660.581,54	407.733,69	1.068.315,23	1.217.107,26	-	1.217.107,26
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	1.210.097.094,02	(33.031.863,12)	1.177.065.230,90	1.008.107.546,70	21.941.422,46	1.030.048.969,16
Patrimônio Social		1.008.107.546,70	21.941.422,46	1.030.048.969,16	860.435.697,20	6.775.007,10	867.210.704,30
Superávit / Déficit do Exercício		201.989.547,32	(54.973.285,58)	147.016.261,74	147.671.849,50	15.166.415,36	162.838.264,86
Transferência Internas		(352.889,57)	352.889,57	-	-	-	-
Transferência Recebidas		(1.379.477.966,63)	-	(1.379.477.966,63)	(1.205.468.398,65)	-	(1.205.468.398,65)
Transferência Remetidas		1.379.125.077,06	352.889,57	1.379.477.966,63	1.205.468.398,65	-	1.205.468.398,65
TOTAL DO PASSIVO		1.480.126.293,66	50.296.445,06	1.530.422.738,72	1.251.005.988,41	72.092.611,28	1.323.098.599,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ 43.586.122/0001-14

Sede Av. Profª Magdalena Sanseverino Grosso, 850 - Artur Nogueira - São Paulo
Associação Sem Fins Econômicos e não Lucrativos, com Atividade Preponderante na Área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS/MEC
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.176/1964 e Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.553/1999



Demonstração do Superávit ou Déficit findos em 31 de dezembro

Demonstrativo por segmento de atuação - Em Reais

	Nota Explic	2025				2024			
		EDUCACIONAL	SAÚDE	SUSTENTÁVEIS	TOTAL	EDUCACIONAL	SAÚDE	SUSTENTÁVEIS	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL BRUTA									
(+)	Receita Bruta de Educação	1.032.432.585,80	104.076.598,05	127.005.805,87	1.263.514.989,72	908.438.525,66	132.211.620,61	109.333.503,03	1.149.983.649,30
	Mensalidades Alunos Pagantes	1.264.451.976,58	-	-	1.264.451.976,58	1.134.914.913,81	-	-	1.134.914.913,81
	Mensalidades Concedidas em Bolsas de Estudos	980.525.455,25	-	-	980.525.455,25	885.689.113,11	-	-	885.689.113,11
	Mensalidades Concedidas em Bolsas de Estudos	283.926.521,33	-	-	283.926.521,33	249.225.800,70	-	-	249.225.800,70
(-)	Dedução da Receita Bruta de Educação	(315.918.105,67)	-	-	(315.918.105,67)	(282.963.351,49)	-	-	(282.963.351,49)
	(-) Bolsas de Estudos Concedidas	(283.926.521,33)	-	-	(283.926.521,33)	(249.225.800,70)	-	-	(249.225.800,70)
	(-) Descontos, Abatimentos e Deduções	(31.991.584,34)	-	-	(31.991.584,34)	(33.737.550,79)	-	-	(33.737.550,79)
(+)	Receita Bruta de Saúde	-	94.100.759,87	-	94.100.759,87	-	104.903.317,21	-	104.903.317,21
	Receita de Saúde	-	76.470.249,59	-	76.470.249,59	-	85.729.144,54	-	85.729.144,54
	Receita aplicada em Gratuidade (Receita não Realizada)	-	17.630.510,28	-	17.630.510,28	-	19.174.172,67	-	19.174.172,67
(-)	Dedução da Receita Bruta de Saúde	-	(1.735.796,22)	-	(1.735.796,22)	-	(245.974,55)	-	(245.974,55)
	(-)Dedução da Receita Bruta de Saúde	-	(1.735.796,22)	-	(1.735.796,22)	-	(245.974,55)	-	(245.974,55)
(+)	Receita Bruta Atividades Sustentáveis	-	-	145.260.163,89	145.260.163,89	-	-	121.576.219,90	121.576.219,90
	Receita Atividades Sustentáveis	-	-	145.260.163,89	145.260.163,89	-	-	121.576.219,90	121.576.219,90
(-)	Dedução da Receita Bruta Ativ. Sustentáveis	-	-	(20.988.136,86)	(20.988.136,86)	-	-	(15.559.466,27)	(15.559.466,27)
	(-) Dedução Receitas Bruta Ativ. Sustentáveis	-	-	(20.988.136,86)	(20.988.136,86)	-	-	(15.559.466,27)	(15.559.466,27)
(+)	Outras Receitas	83.898.714,89	11.711.634,40	2.733.778,84	98.344.128,13	56.486.963,34	27.554.277,95	3.316.749,40	87.357.990,69
23	Doações Diversas	1.591.822,39	80.877,11	42.573,99	1.715.273,49	1.508.817,71	273.463,47	308.758,86	2.091.040,04
	Subvenções não Governamentais	18.927.820,70	5.333.230,80	2.434.161,42	26.695.212,92	4.063.561,12	23.597.382,22	2.227.670,09	29.888.613,43
	Outras Receitas	63.379.071,80	6.297.526,49	257.043,43	69.933.641,72	50.914.584,51	3.683.432,26	780.320,45	55.378.337,22
		1.032.432.585,80	104.076.598,05	127.005.805,87	1.263.514.989,72	908.438.525,66	132.211.620,61	109.333.503,03	1.149.983.649,30
		507.783.350,39	68.192.092,18	92.751.880,95	668.727.323,52	450.100.557,83	72.208.682,28	77.470.754,44	599.779.994,55
(-)	Custo dos Serviços/Atividades	-	-	-	-	-	-	-	-
	Custo de Venda Atividades Sustentáveis	-	-	-	-	-	-	-	-
	Despesas com Pessoal	473.655.087,96	48.020.996,49	7.379.879,04	529.055.963,49	419.492.366,61	50.322.933,38	6.927.942,67	476.743.242,66
19 e 21	Encargos Sociais e Previdenciários	34.128.262,43	2.540.585,41	597.633,36	37.266.481,20	30.608.191,22	2.711.576,23	544.080,23	33.863.847,68
	Assistência Aplicada	-	17.630.510,28	-	17.630.510,28	-	19.174.172,67	-	19.174.172,67
		524.649.235,41	35.884.505,87	34.253.924,92	594.787.666,20	458.337.967,83	60.002.938,33	31.862.748,59	550.203.654,75
	Despesas Operacionais	256.818.067,58	84.744.050,83	18.185.000,59	359.747.119,00	229.483.618,14	57.055.840,07	13.204.451,70	299.743.909,91
	Despesas Administrativas	255.086.183,96	84.649.555,43	13.621.792,71	353.357.532,10	228.273.130,61	57.055.840,07	9.397.065,80	294.726.036,48
	Convênios com Instituições Congêneres	1.731.883,62	94.495,40	4.563.207,88	6.389.586,90	1.210.487,53	-	3.807.385,90	5.017.873,43
(+)	Resultado Financeiro Líquido	(82.298.978,71)	(6.755.050,80)	1.029.744,05	(88.024.285,46)	(85.423.523,24)	(2.437.920,73)	239.963,99	(87.621.479,98)
	(+) Receitas Financeiras	18.673.618,37	81.092,60	1.067.265,86	19.821.976,83	14.747.310,44	100.471,74	262.250,35	15.110.032,53
	(-) Despesas Financeiras	(100.972.597,08)	(6.836.143,40)	(37.521,81)	(107.846.262,29)	(100.170.833,68)	(2.538.392,47)	(22.286,36)	(102.731.512,51)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO						143.430.826,45	509.177,53	18.898.260,88	162.838.264,86
Transferência Internas						(8.333.831,28)	14.657.237,83	(6.323.406,55)	-
	Transferência Recebidas	542.489.417,40	1.350.539,06	27.847.223,54	571.687.180,00	508.048.586,73	111.028.950,04	24.837.931,02	643.915.467,79
	(-) Transferência Remetidas	(552.788.377,18)	(709.228,88)	(18.189.573,94)	(571.687.180,00)	(516.382.418,01)	(96.371.712,21)	(31.161.337,57)	(643.915.467,79)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO						135.096.995,17	15.166.415,36	12.574.854,33	162.838.264,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ 43.586.122/0001-14

Sede Av. Profª Magdalena Sanseverino Grosso, 850 - Artur Nogueira - São Paulo

Associação Sem Fins Econômicos e não Lucrativos, com Atividade Preponderante na Área de Educação

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS/MEC

Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.176/1964 e Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.553/1999

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Superávit Líquido Ajustado	266.475.876,09	260.413.572,95
Superávit do Exercício	147.016.261,74	162.838.264,86
Depreciação e Amortização	54.220.955,80	49.015.124,50
Provisão Para Devedores Duvidosos	55.403.514,53	23.903.342,85
Provisão Para Processos Judiciais	1.864.018,15	1.875.876,03
Provisão de Férias e Encargos	30.017.185,68	27.604.170,46
Provisão para Contingências/Emergências/Adm. E Gerais	2.421.760,09	491.390,12
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(389.175,15)
Valor Residual do Ativo Imobilizado Baixado	(24.467.819,90)	(4.925.420,72)
(Aumento) Redução do Ativo	(106.950.295,18)	(47.984.846,35)
Contas a Receber	(59.318.377,91)	(24.899.996,45)
Estoques	(11.693.632,12)	(12.208.626,95)
Despesas do Exercício Seguinte	(32.152.120,18)	(12.985.684,11)
Realizável (Não Circulante)	(3.786.164,97)	2.109.461,16
Aumento (Redução) do Passivo	30.808.776,05	2.708.964,84
Contas a Pagar	23.094.235,81	2.875.022,46
Adiantamento de Clientes	34.503.597,56	8.391.851,64
Fundo em Confiança	(1.483.543,51)	(499.492,92)
Outras Obrigações	(32.025.848,66)	(27.157.852,12)
Exigível (Não Circulante)	6.720.334,85	19.099.435,78
CAIXA LÍQUIDO GERADOS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	190.334.356,96	215.137.691,44
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Acréscimo) Redução no Imobilizado	(157.947.796,23)	(232.823.303,19)
(Acréscimo) Redução no Investimento	1.889.620,00	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(156.058.176,23)	(232.823.303,19)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimento/Liquidação de Empréstimos	(4.147.325,88)	6.718.330,36
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(4.147.325,88)	6.718.330,36
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.128.854,85	(10.967.281,39)
SALDO INICIAL DE CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA	96.584.062,55	107.551.343,94
SALDO FINAL DE CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA	126.712.917,40	96.584.062,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ 43.586.122/0001-14

Sede Av. Profª Magdalena Sanseverino Grosso, 850 - Artur Nogueira - São Paulo
Associação Sem Fins Econômicos e não Lucrativos, com Atividade Preponderante na Área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS/MEC
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.176/1964 e Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.553/1999



Demonstração do Valor Adicionado findos em 31 de dezembro - Em Reais

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2025	Índices	2024	Índices
1-RECEITAS	1.261.799.716,23		1.147.892.609,26	
Receita da Prestação de Serviços	1.040.898.834,56		956.608.904,98	
Outras Receitas	220.900.881,67		191.283.704,28	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(544.675.552,79)		(467.987.434,97)	
(-)Custo dos Produtos/Serviços/Mercadorias	(84.774.368,55)		(69.998.731,54)	
(-)Serviços de Terceiros	(30.235.169,08)		(26.467.860,69)	
(-)Despesas Administrativas	(383.588.646,47)		(329.213.089,48)	
(-)Outras Despesas	(46.077.368,69)		(42.307.753,26)	
3-VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	717.124.163,44		679.905.174,29	
4-RETENÇÕES	(54.220.955,80)		(49.015.124,50)	
(-)Depreciações e Amortização	(54.220.955,80)		(49.015.124,50)	
5-VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	662.903.207,64		630.890.049,79	
6-VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	21.537.250,32		17.201.072,57	
Receitas Financeiras	19.821.976,83		15.110.032,53	
Doações Recebidas	1.715.273,49		2.091.040,04	
7-VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	684.440.457,96		648.091.122,36	
8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	684.440.457,96	100,00%	648.091.122,36	100,00%
Remuneração do Trabalho (pessoal, encargos e benefícios)	536.087.275,61	78,32%	484.139.229,65	74,70%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.336.920,61	0,20%	1.113.627,85	0,17%
Superávit ou Déficit do Exercício	147.016.261,74	21,48%	162.838.264,86	25,13%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais

	PATRIMÔNIO	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2023	760.970.525,72	106.240.178,58	867.210.704,30
Incorporação	106.240.178,58	(106.240.178,58)	
Superávit ou (Déficit) do Exercício		162.838.264,86	162.838.264,86
Saldos em 31 de dezembro de 2024	867.210.704,30	162.838.264,86	1.030.048.969,16
Incorporação	162.838.264,86	(162.838.264,86)	
Superávit ou (Déficit) do Exercício		147.016.261,74	147.016.261,74
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.030.048.969,16	147.016.261,74	1.177.065.230,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2025
(Em reais)**1. Contexto Operacional**

A INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IPAEAS, denominada como Instituição, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativos, de natureza filantrópica, instituída pela organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em 11 de dezembro de 1922, na cidade de São Paulo, SP, com sede atual em Artur Nogueira/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.586.122/0001-14. Tem por objetivos e propósitos estatutários promover a educação no nível da Educação Básica, administrar e gerir as atividades, ações e programas de fins educacionais, culturais, médico-hospitalares, assistenciais e filantrópicos, bem como de promoção, prevenção e recuperação da saúde no Estado de São Paulo. É uma entidade mista, com preponderância na área da Educação, tendo seu vigente Estatuto Social registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Mogi Mirim/SP, sob nº 891, no Livro A-3. Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 8.176, de 19/06/1964 e Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 2.553/1999 de Artur Nogueira/SP.

A IPAEAS possui certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS concedido pelo Ministério da Educação - MEC, deferido por meio da Portaria nº 1.408, de 28/10/2011, através do processo nº 71000.104489/2009-82, tendo requerido a renovação da certificação por meio dos processos administrativos protocolizados sob nº 23000.011179/2012-78, 23000.022399/2015-70, 23000.035217/2018-73, 23000034350/2021-16 e referente ao ano de 2024 datado em 20/12/2024, os quais se encontram no aguardo de análise. Nos termos da legislação vigente (art. 14 do Decreto nº 11.791/2023), a IPAEAS possui o certificado ativo.

No que tange à área da Saúde, a IPAEAS comprova sua condição de Entidade Beneficente de Assistência Social, por meio da aplicação do percentual de 20% (vinte) por cento de sua receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, em conformidade com o art. 12, inciso I da Lei Complementar nº 187/2021 e com o art. 33, inciso I do Decreto nº 11.791/2023 e com o art. 143, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017. Com isso, a Instituição firmou parceria com o poder público, visando também contribuir de forma significativa na promoção, proteção e recuperação da saúde dos pacientes encaminhados pelo Gestor SUS Local.

2. Do Cumprimento do Artigo 14 do CTN

A IPAEAS não tem finalidade lucrativa e em atendimento ao seu Estatuto Social, desenvolve suas atividades em estrita observância ao disposto no Art. 14 do Código Tributário Nacional, a saber:

- a) A IPAEAS aplica integralmente o seu eventual resultado operacional; na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto Social, no inciso II do artigo 11º.
- b) A IPAEAS não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto em seu Estatuto Social, no inciso I do artigo 11º.
- c) A IPAEAS mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão, conforme previsto em seu Estatuto Social no inciso III do artigo 11º.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo à Lei nº 6.404/1976, a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas aderindo as Normas Brasileiras de Contabilidade em especial a NBC TG 1000 e ITG 2002, e os demais Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

4. Principais práticas contábeis brasileiras adotadas

- a) Apuração do resultado
O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Consistem em numerários disponíveis na IPAEAS. Caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.
- c) Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos respectivos custos de reposição ou de realização e referem-se aos estoques de livros, uniformes, e materiais hospitalares na data do balanço.
- d) Outros ativos
Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
- e) Investimentos
Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição atualizados quando aplicável, deduzido a provisão para perdas prováveis dos investimentos.
- f) Imobilizado
O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, registrada diretamente no resultado do exercício.
Os valores do imobilizado são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- g) Intangível
Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição deduzida da amortização acumulada.
- h) Passivo circulante
O passivo circulante está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base *pro rata die*.
- i) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECDL)
Está sendo registrado nesta conta a provisão para perdas de recebimento de crédito, tomando-se como base a média de perdas havidas nos últimos 3 (três) anos.
- j) Contas a Pagar
São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k) Férias e Encargos

Foram constituídas provisões de férias com base em 1/3 (um terço) dos salários nominais ajustados aos respectivos períodos aquisitivos, acrescidas dos respectivos encargos até a data do balanço.

l) Ajuste a Valor Presente

Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo não sofreram efeitos relevantes no período.

m) Formalidade da Escrituração Contábil –NBC ITG 2000

- n) A IPAEAS mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na “Escrituração Contábil Digital- ECD”. A documentação contábil da IPAEAS é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A IPAEAS mantém em boa ordem a documentação contábil.

5. Equivalentes de Caixa

A IPAEAS mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente, enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objetivo estatutário.

Conforme determina a NBC TG 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa e NBC TG 26 – Na apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	2025	2024
Caixa	305.434,56	326.128,71
Bancos	11.700.154,94	13.756.386,93
Aplicações Financeiras De Liquidez Imediata	99.390.147,23	68.799.343,50
Investimentos Temporários	15.317.180,67	13.702.203,41
Total	126.712.917,40	96.584.062,55

Os valores estão aplicados em modalidade de investimentos com baixo risco de perda do valor investido. As aplicações financeiras vêm sendo mantidas, substancialmente, em fundos de investimento de renda fixa, que possuem alta liquidez cujas rentabilidades estão em linha às taxas de juros do mercado (CDI). As aplicações são registradas pelo valor de realização e, em sua maioria, não possuem vencimentos predeterminados, podendo ser resgatadas a qualquer momento, com liquidez imediata.

6. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. Estão apresentadas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Contas a Receber Educação

Descrição	2025	2024
Clientes Nacionais a Receber	5.302.761,06	1.671.887,55
Serviços Educacionais a Receber	70.928.357,99	61.714.993,61

Pessoal a Receber	972.911,96	825.122,88
Impostos a Recuperar	433.427,40	216.171,13
Cheques Pré-Datados a Depositar	-	-
Cheques Pré-Datados em Cobrança Bancária	11.303,40	56.883,57
Cheques Devolvidos	24.466,74	92.587,73
Títulos a Receber	15.788.085,50	17.463.391,07
Cartões De Crédito/Débito A Receber	59.176.378,92	53.988.222,78
Depósitos Judiciais, Fiscais e Trab. a Receber	15,20	52.530,52
Entidades Congêneres a Receber	-	100,00
Contratos Imobilizações a Realizar	52.130,80	156.392,40
Prestação de Contas a Receber	208.615,04	144.779,68
(-) Ajuste Créditos de Liquidação Duvidosa	(63.753.226,76)	(60.915.782,24)
Total	89.145.227,25	75.467.280,68

Contas a Receber Saúde

Descrição	2025	2024
Convênios a Receber	48.305.774,76	23.683.187,01
Pacientes a Receber	1.235.711,34	2.052.594,93
Glosas a Receber	5.200.051,03	4.396.844,76
Cartões de Crédito/Débito a Receber	1.510.332,74	1.849.923,61
Sub Total	56.251.869,87	31.982.550,31
Pessoal a Receber	194.501,23	191.463,48
Entidades Congêneres a receber	82.633,55	-
Depósitos Judiciais, Fiscais e Trab. a Receber	1,00	-
Prestação de Contas a Receber	1.725.092,47	-
(-) Ajuste Créditos de Liquidação Duvidosa	(45.045.610,52)	(9.202.443,00)
Total Geral	13.208.487,60	22.971.570,79

As Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi reconhecida em valor considerado suficiente pela administração, para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de títulos, cuja recuperação é considerada improvável.

7. Convênios

Os Convênios são celebrados com entidades em finalidades de interesse comum com a taxa baseada no CDB.

8. Estoques

Em conformidade com a NBC TG 16, os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição e os valores contabilizados não excedem os valores de mercado.

Descrição	2025	2024
Estoque Mercadorias	87.064.020,87	77.871.868,38
Estoque Material de Consumo	5.153.738,93	3.330.324,26
Adiantamento à Fornecedores de Estoques	265.539,43	139.914,35
(-) Deduções dos Estoques	-854.592,84	-750.495,92
Total	91.628.706,39	80.591.611,07

9. Despesas Antecipadas e Adiantamento a Fornecedores

De acordo com o artigo 179 da Lei nº 6.404/1976, classifica nessa conta despesas que serão apropriadas no exercício posterior. As despesas pagas antecipadamente são registradas pelo valor efetivamente pago e são reconhecidas no resultado à medida que seus benefícios são obtidos ou quando não há expectativa de recuperação do valor pago.

Adiantamento a fornecedores são valores pagos a terceiros, que serão regularizados em período subsequente mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

Descrição	2025	2024
Despesas Gerais/Departamentos a Apropriar	64.838.430,36	33.048.552,91
Vale Alimentação a Apropriar	168.280,22	332.433,93
Mobilidade a Apropriar	119.835,58	
Vale Transporte a Apropriar	246.474,32	124.892,57
Despesas de Viagens a Apropriar	5.220,00	-
Adiantamento Fornecedores - Desp. Operacionais	2.606.868,17	2.327.109,06
Total	67.985.108,65	35.832.988,47

10. Realizável a Longo Prazo

O Realizável a Longo Prazo é composto por contas as quais os valores esperam se realizar após o término do exercício.

Contas a Receber Longo Prazo Saúde

Descrição	2025	2024
Créditos a Receber a L.P.	124.977,04	1.320.999,37
Cobrança Contenciosa a Receber a L.P.	3.906.598,74	3.768.398,85
Total Saúde	4.031.575,78	5.089.398,22
(-) Deduções dos Créditos a Longo Prazo	(3.992.602,34)	(3.854.402,45)
Total Saúde	38.973,44	1.234.995,77

Contas a Receber Longo Prazo Educação

Descrição	2025	2024
Clientes Nacionais a Receber a L.P.	23.907,49	23.907,49
Convênios Com Entidades do Grupo Institucional a L.P.	4.673.134,42	4.673.134,42
Créditos a Receber a L.P.	2.557.991,00	3.770.489,43
Depósitos Judiciais, Fiscais e Trab. a Rec. a L.P.	7.629.437,36	1.515.747,12
Despesas Do Exercício Seguinte a L.P.	162.204,67	105.132,01
(-) Deduções Dos Créditos a Longo Prazo	(58.808,52)	(82.731,35)
Total Educação	14.987.866,42	10.005.679,12
Total Geral a Receber à Longo Prazo	15.026.839,86	11.240.674,89

11. Investimentos

A composição dos investimentos da IPAEAS em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está distribuída da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Operadora Unicentral de Planos de Saúde S/C Ltda.	0,00	1.889.620,00

12. Composição do Imobilizado

Para viabilizar o atendimento das suas necessidades, a IPAEAS adquire bens, móveis e instalações e a própria sede, através da receita oriunda de suas atividades. O Ativo Imobilizado está registrado contabilmente, conforme apresentado:

Descrição	Taxa Anual	2024	2025		
		Valor Residual	Custo	Depreciação	Valor Residual
Bens Em Formação	0%	117.976.580,49	109.702.099,87	0,00	109.702.099,87
Adiantamento à Fornecedores	0%	27.745.742,49	27.745.742,49	0,00	27.745.742,49
Terrenos	0%	165.550.936,73	183.343.972,44	0,00	183.343.972,44
Edifícios e Benfeitorias	4%	599.951.153,32	988.739.409,37	-282.002.195,70	706.737.213,67
Instalações	5%	4.197.273,18	5.018.422,86	-769.398,31	4.249.024,55
Móveis e Utensílios	10%	36.220.442,21	86.216.858,96	-43.608.653,41	42.608.205,55
Máquinas e Equipamentos Diversos	10%	29.137.384,21	58.551.148,30	-26.918.613,59	31.632.534,71
Equipamentos de Informática/Eletrônicos	25%	15.212.490,30	66.226.425,70	-47.697.415,94	18.529.009,76
Veículos	25%	1.089.352,57	3.723.349,59	-2.852.949,55	870.400,04
Outros Imobilizados	25%	1.330.676,30	1.861.607,52	-598.201,75	1.263.405,77
Totais		998.412.031,80	1.531.129.037,10	-404.447.428,25	1.126.681.608,85

13. Composição do Intangível

Em consonância com a NBC TG 04 (Ativos Intangíveis) são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Descrição	Taxa Anual	Valor Residual 2024	Custo	Depreciação	Valor Residual 2025
Software	33%	108.759,44	224.771,51	-190.928,79	33.842,72

14. Contas a Pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços, que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Curto Prazo

Este grupo está composto por obrigações, convênios e empréstimos, sendo valores com vencimento previsto até o final do exercício seguinte.

Descrição	2025	2024
Fornecedores a Pagar	93.418.044,62	72.136.336,62
Obrigações Fiscais	477.538,32	355.609,24
Obrigações Empregatícias	14.187.145,38	12.666.581,88
Obrigações Com Pessoal	24.502.627,81	22.360.691,00
Obrigações Diversas	2.570.995,55	2.271.306,79
Clientes a Pagar	12.431,53	392.248,41
Pessoal a Pagar	140.406,36	213.111,99
Entidades Congêneres a Pagar	2.526.049,65	2.613.063,72
Convênios Com Entidades da Organ. a Pagar	21.258.543,08	23.512.635,98
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	3.246.643,60	3.298.269,49

Outras Contas a Pagar	3.816.303,82	3.294.264,68
Total a Curto Prazo	166.156.729,72	143.114.119,80

Longo Prazo

Este grupo está composto por obrigações, convênios e empréstimos, valores cujo vencimento ultrapassam o exercício subsequente.

Convênios Com Entidades da Organ. a Pagar L.P.	54.386.644,66	47.866.270,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar a L. P.	5.413.201,43	9.508.901,42
Outras Obrigações a Longo Prazo	1.068.315,23	1.217.107,26
Total a Longo Prazo	60.868.161,32	58.592.278,68

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva.

15. Provisões e Contingências

Se acordo com a NBC TG 25 as provisões foram registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Descrição	2025	2024
Provisões Empregatícias	7.242.550,29	7.278.241,11
Provisões Processos Judiciais	1.856.287,39	1.763.026,24
Provisões Despesas Diversas	2.001.074,49	438.066,36
Total a Curto Prazo	11.099.912,17	9.479.333,71
Obrigações Tributárias a L.P.	832.698,82	832.698,82
Provisões Proc. Judiciais Cíveis a L.P.	1.293.095,96	944.343,74
Total a Longo Prazo	2.125.794,78	1.777.042,56
Total Geral	13.225.706,95	11.256.376,27

A IPAEAS discute judicialmente ações cíveis, trabalhistas, fiscais e tributárias, as quais foram consideradas com possibilidade de risco **possível** têm um montante de R\$ 60.116.825,41 para a IPAEAS.

16. Fundo em Confiança

Fundo em confiança é recursos recebidos para serem empregados em seus respectivos projetos.

Descrição	2024	2024
Fundo Alunos	-	1.480.874,57
Fundo Atividades Sociais	3.083,87	5.755,81
Total Geral	3.083,87	1.486.627,38

17. Adiantamento de Clientes

Estão registradas as mensalidades educacionais, recebidos antecipadamente pelo seu valor nominal referente ao próximo exercício.

18. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é constituído pelo Patrimônio Social, o qual inclui Bens Móveis e Imóveis, bem como pelos superávits resultantes das atividades, os quais são integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais. Em atendimento à Lei Complementar nº 187/2021 e Decreto nº 11.791/2023, o Patrimônio Líquido encontra-se registrado de forma segregada por segmento de atuação.

19. Aplicação dos Recursos

A aplicação dos recursos atendeu o que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, §7º, que concede imunidade de contribuições à seguridade social às Entidades Beneficentes de Assistência Social, que atendem às exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 187/2021 e no Decreto nº 11.791/2023.

Serviço Gratuito	2025	2024
Assistência Educacional	283.926.521,33	249.225.800,70
Assistência à Saúde	17.630.510,28	19.174.172,67
TOTAL	301.557.031,61	268.399.973,37

20. Compromisso com Gratuidades - Educação

Para fins de concessão de bolsa de estudo, a IPAEAS segue os critérios definidos pela legislação que regulamenta o CEBAS (Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social), Lei Complementar nº 187/2021 e o Decreto nº 11.791/2023.

Educação Básica			
		2025	2024
Total de alunos matriculados (a)		78.739	77.362
Alunos bolsa integral	Io	10.507	9.454
Alunos bolsa integral e com deficiência	Id	205	147
Número total de alunos com bolsa integral	I	10.712	9.601
Outras bolsas integrais (b)		4.330	3.858
Alunos inadimplentes (d)		2.430	1.268
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	71.979	72.236
Alunos bolsa parcial de 50%	Po	4.641	6.212
Número total de alunos com bolsa parcial de 50%	P	4.641	6.212
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	13.074	12.736
Cálculo dos benefícios complementares			
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	1.264.451.976,58	1.134.914.913,81
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	76.309	76.094
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 16.570,16	R\$ 14.914,64
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		4.358	4.245
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13	Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

A Entidade informa que, no exercício corrente, foi implementada a nova tabela da Calculadora MEC, conforme diretrizes atualizadas do Ministério da Educação. Essa atualização tem como objetivo padronizar e aprimorar os critérios de cálculo relacionados à bolsas estudantis e demais indicadores acadêmico aplicáveis às instituições de ensino.

Dados de alunos e bolsistas no último mês do período IMEDIATAMENTE ANTERIOR (art. 52, § 1º, do Decreto 11.791/2023)	Educação Básica 2025			Total
	Não Profissional			
	Educação Infantil (Creche / Pré-Escola)	Ensino Fundamental	Ensino Médio (não profissional)	
Total de alunos matriculados, inclusive bolsistas	6.943	60.059	11.737	78.739
Bolsistas integrais do (art. 52, I)	1	8.595	2.116	10.712
Outros bolsistas integrais (Decreto 11.791/2023 art. 52, II)	615	3.002	713	4.330
Alunos inadimplentes a mais de 90 dias, cujas rematrículas tenham sido recusadas (Decreto 11.791/2023 art. 52, III)	243	1.701	486	2.430
Alunos pagantes	6.084	46.761	8.422	61.267
Bolsas equivalentes a serem concedidas				12.253
Bolsas integrais a serem concedidas				6.807

Dados de alunos e bolsistas no período ATUAL (em análise)		Educação Básica			Total
		Não Profissional			
		Educação Infantil (Creche / Pré-Escola)	Ensino Fundamental	Ensino Médio (não profissional)	
Demais bolsas integrais , concedidas a alunos com deficiência que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Trabalhadores e dependentes				0
	Demais (universalidade)		158	47	205
Demais bolsas integrais , concedidas a alunos sem deficiência que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Trabalhadores e dependentes				0
	Demais (universalidade)	1	8.437	2.069	10.507
Bolsas parciais de 50%, concedidas a alunos que atendem ao critério socioeconômico da LC 187/2021	Trabalhadores e dependentes				0
	Demais (universalidade)	0	3.660	981	4.641
APURAÇÃO DOS REQUISITOS					
Bolsas integrais a serem concedidas					6.807
Bolsas integrais concedidas, considerados os pesos das bolsas	Universalidade	Subtotal			10.753
	Trabalhadores e dependentes	Limite de 20% (em relação ao total de bolsas integrais consideradas)			2.688,25
	Total considerado:				10.753
	Universalidade	Subtotal			4.641

Bolsas parciais de 50% concedidas	Trabalhadores e dependentes	Limite de 20% (em relação ao total de bolsas parciais consideradas)	1.160,25
	Total considerado:		4.641
Total de bolsas de estudo concedidas (integrais e parciais), resguardadas as proporções			13.074
		Limite de 25% (em relação ao total de bolsas equivalentes devidas)	3.063,25
	Total de bolsas considerado:		0
Bolsas equivalentes a serem concedidas			12.253
Total de bolsas equivalentes concedidas: integrais e parciais, resguardadas as proporções, mais benefícios			13.074

a) Demonstrativo das Bolsas Concedidas

Bolsas Concedidas	Valor Bolsas Educacionais Concedidas 2025	Valor Bolsas Educacionais Concedidas 2024
(-) Bolsas Sociais 100%	175.503.916,02	143.677.608,85
(-) Bolsas Sociais concedidas 50%	39.922.442,40	49.093.080,27
(-) Bolsa Funcional Institucional	68.500.162,91	56.455.111,58
TOTAL	283.926.521,33	249.225.800,70

b) Receitas com Gratuidades e sem Gratuidades – Educação

	2025	2024
Receita Efetiva (com Gratuidades)	1.232.460.105,78	1.101.177.363,02
(-) Gratuidades	(283.926.521,33)	(249.225.800,70)
Receita (sem Gratuidades)	948.533.584,45	851.951.562,32

21. Compromisso com Gratuidade - Saúde (Receita Líquida)

No exercício de 2025 a IPAEAS pactuou com o Gestor Local do SUS de São Paulo/SP e São Roque/SP a aplicação de 20% em gratuidade sobre a receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde, conforme disposições do artigo 12, inciso I da Lei Complementar nº 187/2021 e do artigo 33, inciso I do Decreto nº 11.791/2023. O quadro abaixo demonstra a aplicação realizada no ano de 2025, que atingiu o percentual de 34,94% em relação à Receita efetivamente recebida da Saúde. Apresenta também o praticado no ano de 2024 que atingiu o percentual de 23,49%.

O valor das doações recebidas:	2025	2024
(+) à Receber em Saldo Inicial (NE 6)	31.982.550,31	28.116.737,11
(+) Receita de Saúde (DRE)	76.470.249,59	85.729.144,54
(-) à Receber em Saldo Final (NE 6)	56.251.869,87	31.982.550,31
(-) Glosas Convênios Contratados	1.735.796,22	245.974,55
Receita Efetivamente Recebida em Saúde	50.465.133,81	81.617.356,79
Gratuidade em Saúde Apresentada (DRE)	17.630.510,28	19.174.172,67
Percentual em Gratuidade %	34,94%	23,49%

Os recursos aplicados em Assistência à Saúde, correspondem aos serviços prestados de forma gratuita, pactuados com o gestor do SUS, descritos a seguir de forma segregada:

Código	Descrição do Atendimento	Nº Proced	Valor da Gratuidade
010101001-0	Atividade Educativa / Orientação em Grupo na Atenção Primária	32478	2.483.102,52
010101003-6	Prática Corporal / Atividade Física em Grupo	7680	158.976,00
010102001-5	Ação Coletiva De Aplicação De Flúor-Gel	29918	1.773.239,86
010102004-0	Ação Coletiva De Exame Bucal Com Finalidade Epidemiológica (Triagem)	29918	3.304.443,10
010102008-2	Evidenciação De Placa Bacteriana	29918	1.760.375,12
010104002-4	Avaliação Antropométrica	4662	470.771,40
010105005-4	Oficina De Massagem / Automassagem	1024	46.725,12
010105009-7	Sessão de Antroposofia Aplicada à Saúde	2560	157.030,40
010105014-3	Sessão de Termalismo	2560	169.830,40
020201031-7	Dosagem De Creatinina	1	5,04
020201069-4	Dosagem De Ureia	1	5,04
020202038-0	Hemograma Completo	2	21,60
020203008-3	Determinação o Quantitativa De Proteína C Reativa	1	24,12
020203030-0	Pesquisa De Anticorpos HIV + HIV2 (Determina Conjunta)	3	216,00
020203031-8	Pesquisa De Anticorpos HTLV-III (ANTI-HIV)	3	162,00
020203063-6	Pesquisa De Anticorpos Contra Antígeno De Superfície Do Vírus Da Hepatite B (ANTI-HBS)	2	57,60
020203067-9	Pesquisa De Anticorpos Contra O Virus Da Hepatite C (Anti-Hcv)	3	216,00
020203079-2	Antígeno NS1 Do Vírus Da Dengue	1	82,68
020203097-0	Pesquisa De Antígeno De Superfície Do Virus Da Hepatite B (Hbsag)	2	50,40
020203108-0	Quantificação De RNA Do Vírus Da Hepatite C	2	670,00
020204014-3	Pesquisa de Sangue Oculto nas Fezes	1	3,60
020205001-7	Análise de Caracteres Físicos, Elementos e Sedimentos na Urina (Parcial de Urina/EAS)	5	79,20
020405013-8	Radiografia De Abdômen Simples (AP)	1	27,82
020501003-2	Ecodoppler cardiograma Transtorácica	1	180,00
020901003-7	Esofagogastroduodenoscopia	1	325,74
021102003-6	Eletrocardiograma	1	21,60
021110001-3	Aplicação de Teste para Psicodiagnóstico	512	38.379,52
030101004-8	Consulta de Profissionais de Nível superior na Atenção Especializada (Exceto Médico)	5284	557.590,56
030101006-4	Consulta Médica Em Atenção Primária	1	90,00
030101030-7	Teleconsulta Médica Na Atenção Especializada	1	90,00
030101907-0	Sessões Hidroterapia	19951	2.094.855,00
030104004-4	Terapia Individual (Psicologia)	2594	389.100,00
030104008-7	Atendimento em Grupo na atenção primária	2048	234.024,96
030106009-6	Atendimento Médico Em Unidade De Pronto Atendimento	12	1.080,00
030110001-2	Administração De Medicamentos Na Atenção Especializada	10714	119.755,43
030110003-9	Aferição de Pressão Arterial	5120	93.696,00
030110014-4	Oxigenoterapia Por Dia	1	19,42
030110027-6	Curativo Especial	5	4.859,36
030110028-4	Curativo Simples	1637	2.368,20

030201002-5	Atendimento Fisioterapêutico Em Pacientes C/ Disfunções Uroginecológicas	289	80.197,50
030204002-1	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente C/ Transtorno Respiratório S/ Complicações Sistêmicas	1998	125.874,00
030205002-7	Atendimento Fisioterapêutico Nas Alterações Motoras	21401	2.568.120,00
030206001-4	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente C/ Distúrbios Neuro-Cinético-Funcionais S/ Complicações Sistêmicas	4538	326.736,00
030901004-7	Nutrição Enteral Em Adulto	519	4.872,38
030905005-7	Sessão de Massoterapia	2048	100.024,32
030905006-5	Tratamento Termal/Crenoterápico	2560	96.768,00
030905012-0	Sessão de Aromaterapia	2560	121.600,00
030905014-6	Sessão de Geoterapia	1024	44.718,08
030905020-0	Tratamento fitoterápico	4096	125.214,72
030905021-9	Tratamento Antroposófico	2560	122.572,80
080201001-6	Diária de Acompanhante Adulto	85	51.261,67
			17.630.510,28

22. Benefícios da Filantropia

Em atendimento a Lei Complementar nº 187/2021 e ao Decreto nº 11.791/2023 são demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade de contribuições à seguridade social usufruídas nos exercícios de 2025 e 2024:

Contribuições Sociais – Imunidade	2025	2024
Cota Patronal	85.813.162,24	78.212.797,29
RAT	5.821.191,95	5.315.859,08
Terceiros	19.307.960,97	17.597.881,60
Contribuinte Individual	508.095,89	624.440,55
Contribuição Social - PIS	4.296.005,60	3.912.877,89
Contribuição Social - COFINS	36.972.546,98	33.870.365,79
TOTAL	152.718.963,63	139.534.222,20

Abaixo segue quadro comparativo entre os valores dos benefícios fiscais em relação a gratuidade aplicada na área de educação e saúde.

Especificação	2025	2024
Imunidade de Contribuições à Seguridade Social	152.718.963,63	139.534.222,20
Assistência Concedida	301.557.031,61	268.399.973,37
Valor Aplicado a Maior	148.838.067,98	128.865.751,17

23. Doações Recebidas

As doações foram voluntárias, oriundas de terceiros de natureza patrimonial e financeira para custeio de suas atividades.

O valor das doações recebidas:	2025	2024
Doações de Pessoas Físicas	1.592.071,42	2.078.954,74
Doações de Pessoas Jurídicas	123.178,07	12.085,30
TOTAL	1.715.249,49	2.091.040,04



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Artur Nogueira – SP

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ 43.586.122/0001-14, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado – Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira e normas contábeis brasileiras, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 24 de junho de 2025, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 26 de junho de 2026

TSA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES

CRC RS-004240/O-1 S-SP – CVM 13242

Nilton Antonio Tiellet Borges

Contador CRC RS-015233/O-8 S-SP